

António
Eduardo
10/03/17

ACTAS

Folha 43

ACTA DA ASSEMBELIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR

REALIZADA A VINTE E SEIS DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO

Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, nos termos e para os efeitos do artigo 22º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior e conforme convocatória que cumpre todas as formalidades exigidas, reuniu a Assembleia Geral ordinária da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação, discussão e aprovação das Contas do Exercício do ano 2017, e respectivo Relatório de Actividades;
2. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

Estavam presentes o Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. João Pulquério Antunes de Castro, o Secretário da mesma, Senhor Dr. Eduardo Casimiro, os membros da Mesa Administrativa, Definitório e Irmãos cuja assinatura consta do livro de presenças.

Por ausência da Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Dr.ª Mafalda Rodrigues Fonseca, secretariou a mesma a Irmã Dr.ª Vanda Margarida Antunes dos Santos Quistorp.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e no uso da palavra, agradeceu a presença de todos e propôs efectuar alteração à ordem de trabalhos, iniciando-se pela Discussão e Aprovação das Contas do Exercício do ano 2017.

Entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a saber, Apresentação, Discussão e Aprovação das Contas do Exercício do ano 2017, e respectivo Relatório de Actividades, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia convidou o representante da Empresa responsável pela Contabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, Peres e Nogueira - Sociedade de Contabilidade e Gestão, Dr. Miguel Nogueira, a explicitar tecnicamente os dados das Contas do Exercício do ano 2017.

O Sr. Dr. Miguel Nogueira, no uso da sua palavra, traduziu para linguagem corrente a tecnicidade dos números apresentados nos mapas financeiros, a saber: (i) Demonstração de resultados 2017, (ii) Balanço à data de 31.12.2007, (iii) Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2017, sendo que a Instituição apresenta um resultado líquido negativo de Euro 64 105,36 (sessenta e quatro mil cento e cinco euros e trinta e seis cêntimos).

O Sr. Dr. Miguel Nogueira referiu que a principal fonte de rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior são as vendas e prestações de serviços, nomeadamente as mensalidades dos utentes e as consultas. Fez também referência aos gastos com pessoal, cerca de 53% em 2017 versus 51% em 2016, que em termos gerais não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. No entanto, o aumento existente explica-se pelo facto de ter havido actualização da tabela salarial assim como do salário mínimo nacional e o correspondente aumento de encargos.

O Sr. Dr. Miguel Nogueira explicou que apesar de se ter verificado em termos gerais um aumento de 4 utentes, não se reflectiu no total dos resultados de forma a manter as contas mais equilibradas.

[Assinatura]

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ACTAS

Folha 44

Em relação os subsídios, foi referido que os donativos em numerário aumentaram, mas diminuíram em espécie comparativamente ao ano anterior. No que se refere aos custos com mercadorias, e comparativamente ao ano 2016, verificou-se uma redução de 4%.

Foi ainda referido pelo Dr. Miguel Nogueira que o total de rendimentos da Instituição apresentou uma variação entre 2016 e 2017 de 1% e o total de custos de 3%.

O Sr. Dr. Miguel Nogueira referiu também que todas as valências da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior apresentaram valores negativos, que se justifica pelo facto do financiamento global e público serem insuficientes para cobrir os custos médios durante o ano.

A resposta que apresenta resultado zero é a RLIS, uma vez que existe um orçamento para essa valência que é elegível.

Foi ainda dito que a FISIOTERAPIA foi a única actividade com resultado positivo.

Em relação ao balanço, com referência a 31/12/2017, o Dr. Miguel Nogueira referiu que a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior apresenta uma estrutura financeira bastante sólida, uma vez que apresenta como Ativo 77% (instalações e equipamentos) e 17% (depósitos bancários e caixa). Em termos de Passivo apresenta 59% (outros passivos), que se consideram normais da actividade.

Em relação às Dívidas ao Estado (17%), o Sr. Dr. Miguel Nogueira esclareceu que não existem quaisquer irregularidades, que os valores dizem respeito ao mês de dezembro de 2017, que serão pagos em 2018.

O Sr. Dr. Miguel Nogueira acabou informando os irmãos, que apesar de se ter registado no ano de 2017 um resultado negativo, tal não afecta a estrutura da Instituição.

Após a apresentação das Contas do exercício de 2017, o Sr. Dr. Miguel Nogueira, colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

A Irmã Carla Lopes abordou o facto do resultado negativo, em cerca de 40 mil euros, em relação ao ano anterior, sugerindo que se poderia tentar minimizar gastos com água, luz e alimentação.

A Irmã Dra. Luísa Sequeira referiu que as tabelas apresentadas são bastante elucidativas, em termos comparativos. Realçou que a consequência do aumento com o custo de pessoal se deve ao aumento do salário mínimo nacional, e também com as repercussões ao nível das carreiras, que têm de ser efectuadas perante a lei em vigor. Realçou inclusivamente que tendo em conta que nas restantes rubricas não existem alterações significativas, é difícil para a Santa Casa da Misericórdia alterar significativamente a estrutura de gastos e despesas.

A Irmã Dra. Luísa Sequeira referiu ainda que tinha sido esperado um aumento relativo aos subsídios da Segurança Social, assim como um aumento em relação à comparticipação das famílias, ou seja poder haver uma maior capacidade económica que permitisse um pagamento com valores de mensalidades maior, mas isso não se verificou.

Terminou mencionando que o trabalho dos técnicos de contabilidade está bem elaborado e esclarecedor, congratulando-se com esse facto.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou aos Irmãos presentes, se pretendiam algum esclarecimento adicional, e não existindo qualquer outra questão, autorizou o Sr. Dr. Miguel Nogueira a sair da sala.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ACTAS

Folha 45

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, perguntou de seguida a todos os presentes se alguém desejava efectuar algum reparo à acta da última Assembleia Geral de Novembro. Nenhum dos Irmãos se pronunciou.

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa colocou a acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, havendo cinco abstenções, pelo facto de não terem estado presentes na reunião da Assembleia Geral anterior.

De seguida foi lido o Parecer do Definitório, a pedido do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que fundamenta os bons resultados da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, o qual sucintamente refere:

"... foi pelo Definitório deliberado por unanimidade, ..., emitir parecer favorável à aprovação da Conta de Gerência do exercício 2017 e respectivo Relatório de Actividades..."

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação as Contas do Exercício de 2017, sendo as mesmas aprovadas por maioria, com uma abstenção.

Continuando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a saber, Apreciação, Discussão e Aprovação das Contas de Exercício do ano 2017, e respectivo Relatório de Actividades, o Senhor Presidente da Assembleia Geral solicitou à Senhora Provedora, Dr.^a Maria José Moura Figueiredo, que a Mesa Administrativa apresentasse o Relatório de Actividades do ano de 2017.

A Senhora Provedora deu início à apresentação do Relatório de Actividades da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, referindo que a apresentação de contas por parte dos contabilistas gera sempre algum alarmismo que considera normal.

Mencionou que as preocupações e constatações que foram referidas por alguns Irmãos, estão a ser analisadas pela Mesa Administrativa.

Refere ainda a Senhora Provedora que este é um momento peculiar, desafiante, de alterações e que a Mesa Administrativa tem estado a estudar e a reflectir sobre todas as hipóteses, de forma a poder ter maiores rendimentos e menores gastos.

No ano 2017 aconteceram algumas situações que justificam os resultados apresentados, uma vez que todas as valências se encontram em situação de vulnerabilidade, do ponto de vista das receitas, excepto o lar, que sofreu menos com estas questões, embora também as sofresse.

A senhora Provedora referiu ainda que a infância é a área mais vulnerável, uma vez que os agregados familiares são constituídos por pessoas com rendimentos de um modo geral baixos. A questão da vulnerabilidade não se pode alterar, uma vez que não se pode dizer às famílias que por terem o rendimento mínimo não podem ser admitidos nos nossos serviços.

A Senhora Provedora mencionou inclusivamente que as pessoas com maiores rendimentos colocam os seus filhos nos colégios privados, embora se verifiquem algumas excepções.

Mais refere que a lista de espera para as creches tem dezenas de crianças, e que o cumprimento da Lei é um princípio da Misericórdia. Esclarece ainda que as mensalidades das crianças são baseadas nos rendimentos do agregado familiar, situação esta que não acontece no Lar, uma vez que o valor da mensalidade é pré-definido (embora calculado com base na pensão do utente, sendo o restante assumido pela família).

Ainda em relação à infância, a Senhora Provedora informou que a Segurança Social pretende que o valor das mensalidades praticado, seja ainda mais baixo, por considerar que o valor na

Handwritten signature in blue ink.

António
Edição
14/08/2018

ACTAS

Folha 46

creche e pré-escolar é muito elevado, actualmente entre 60 a 90 euros/mês, para os escalões mais baixos da tabela.

De forma a esclarecer os presentes no que se refere à questão dos vencimentos, a Senhora Provedora informou que, devido à progressão na carreira, com a actualização das tabelas salariais e o aumento do ordenado mínimo, a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, já actualizou vencimentos quatro vezes, desde 2016.

A Senhora Provedora informou ainda, que os valores dos acordos de cooperação mantêm-se, mas os gastos com a electricidade, água, combustíveis e alimentação sobem todos os anos. E que a Mesa Administrativa está a fazer uma avaliação exaustiva em cada uma das valências por forma a poupar o que for possível e não gastar o que é desnecessário.

Para que seja possível encontrar soluções em relação a estas questões, a Senhora Provedora, informou também que desde que tomou posse como Provedora, reúne mensalmente com os responsáveis de cada serviço da Santa Casa da Misericórdia onde são avaliados os meios para evitar gastos, onde apela à necessidade de contenção e também para tratar de outros assuntos de interesse da Instituição.

Nas áreas onde já se identificaram os problemas, nomeadamente no consumo de água, a Senhora Provedora informou que a Mesa Administrativa já reuniu com a Câmara Municipal de Rio Maior, de maneira a negociar e a estudar o que se pode fazer para contornar esta situação.

Em 2018, a Mesa Administrativa deliberou proceder ao aumento do valor das mensalidades dos utentes do lar em cerca de 20 euros, o que não acontecia há cerca de dez anos, dado que ultimamente tem havido actualização das respetivas pensões.

A Senhora Provedora referiu ainda que as visitas que a Segurança Social realiza às diversas valências, são frequentes, os técnicos são muito exigentes, nomeadamente no lar, que é um edifício com cerca de 83 anos e com 41 utentes, onde apesar disso se tenta manter uma qualidade de vida digna dos utentes que escolhem a Santa Casa da Misericórdia.

A Senhora Provedora disse, congratular-se por saber os bons serviços que são prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, à comunidade riomaiorense, em qualquer das suas valências, e acrescentou ainda que só não são melhores devido à idade dos edifícios, quer do lar, quer do jardim-de-infância "O Ninho".

Foi referido ainda pela Senhora Provedora que a Santa Casa da Misericórdia deixou de ter uma renda do imóvel que se encontrava alugado e onde funcionava um café, porque o arrendatário decidiu acabar com o negócio.

A Senhora Provedora acrescentou que os serviços na área da saúde, dependem do mercado, pois não se controla o número de pessoas que por exemplo usam a fisioterapia ou os serviços do centro médico. Muitas vezes a Mesa Administrativa questiona-se por que motivo algumas pessoas do concelho se deslocam por exemplo à Benedita para realizarem os mesmos exames que também se realizam no centro médico da Santa Casa. Mais informa que o centro médico abriu em 2017 um gabinete de enfermagem, mas constata-se que as pessoas têm preferência pelo centro de saúde, apesar dos valores a pagar serem idênticos.

E informou que temporariamente deixou de haver medicina dentária, uma vez que foi denunciado o contrato com a médica dentista, por vários actos menos próprios por parte da

P

Luís
Ed. Costa
Luís

ACTAS

Folha 47

mesma. O equipamento era da referida médica, que o levou e o custo para equipar um consultório para medicina dentária ronda os 35 000 euros. No entanto a Mesa Administrativa tem estado em contacto com alguns médicos dentistas de forma a equacionar as melhores hipóteses de disponibilizar ali um médico dentista.

A Senhora Provedora afirmou perentoriamente que gostava de apresentar resultados diferentes, e disse que a Mesa Administrativa tudo tem feito para que esta situação se altere, acrescentando ainda que todas as pessoas são importantes para que haja melhoria nos serviços, nomeadamente os Colaboradores, os Corpos Sociais e os Irmãos da Santa Casa.

Esperava-se inclusivamente que houvesse devolução do IVA, cerca de 40 mil euros, que não foi recebido. Deixou também de se receber em 2016 o valor mensal da Câmara Municipal de Rio Maior, por ser um pagamento faseado que terminou, e que era uma receita extraordinária, pelo que todas estas situações se reflectem nas contas do exercício de 2017.

A Irmã Dra. Luísa Sequeira referiu que em algumas IPSS os familiares dos utentes, aquando da sua admissão, são convidados a pagar uma quota, mesmo que seja com um valor reduzido, e que seria uma forma de ligar a pessoa à Instituição.

Mais refere que em relação ao centro médico, seria talvez vantajoso ter acordos com a ADSE, uma vez que constata que as pessoas do concelho se deslocam à CUF a Santarém, e dessa forma seria uma maneira dos utentes poderem usufruir de consultas a custo bastante reduzido.

Referiu ainda a Irmã Dra. Luísa Sequeira que o centro de enfermagem não existe em Rio Maior, nem no sector privado, mencionando que é uma área que pode vir a desenvolver-se.

Em relação ao custo da água, referiu a Irmã Dra. Luísa Sequeira que o consumo das IPSSs deveria ser revisto, uma vez que são um bem para a comunidade e substituem-se ao Estado nas respostas que dão.

Sugeriu ainda, que em relação ao mapa das imparidades, deveria ser efectuado um acordo de pagamento com as famílias, de forma a que não sejam esquecidos os valores em dívida. E deixou ainda como sugestão, para que na próxima reunião da Assembleia Geral onde se analise os resultados da Instituição, seja apresentado um mapa comparativo dos valores orçamentados e dos valores executados, e referiu que se poderia equacionar a hipótese de se afixarem informações de interesse público em placards que se encontram colocados em diversos pontos da cidade.

Em resposta às questões colocadas pela Irmã Dra. Luísa Sequeira, a Senhora Provedora esclareceu os presentes que todas as situações de dívida que chegam aos dois meses são imediatamente comunicados por escrito e assinados pela própria e enviados para os responsáveis dos utentes.

Acrescentou ainda que as dívidas não são fáceis de cobrar e não existem familiares fáceis de sensibilizar para a importância de efectuar os pagamentos à Santa Casa da Misericórdia. No entanto é feito um acordo com as famílias em dívida, em que muitos pagam e cumprem o acordo mas outros não o fazem.

A Senhora Provedora informou que há uma luta diária para ultrapassar estas questões, sendo que em todas as reuniões da Mesa Administrativa se conhecem os valores das dívidas.

A Irmã Patricia Nobre, após a exposição da Sra. Provedora, referiu que a Santa Casa tem de investir na qualidade dos serviços. Acrescenta ainda que, em relação às pessoas que podem pagar e que colocam os filhos nos colégios particulares, sente que não acontece tanto como

[Handwritten signature]

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

ACTAS

Folha 48

parece, e geralmente quando isso acontece, é por falta de vagas nas respostas da infância da Santa Casa e depois de já se encontrarem inseridos noutras entidades já não regressam.

Após os esclarecimentos referidos, a Sra. Provedora deu início à apresentação do Relatório de Actividades da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior do ano 2017, de uma forma muito sucinta, uma vez que os Irmãos tinham em sua posse esse mesmo documento.

Em relação ao Capítulo Património, e de uma forma abreviada, a Sra. Provedora referiu que quase todos os edifícios precisam de obras uma vez que são muito antigos.

No que se refere ao Sector Religioso a Sra. Provedora informou que a Mesa Administrativa já deliberou solicitar o reconhecimento de interesse municipal para a Igreja da Misericórdia, que só podia ser feito após o registo efectuado na Conservatória. Mais informou que em relação às Capelas dos Passos, as mesmas não possuíam título, situação essa que se encontra actualmente ultrapassada.

Relativamente ao Sector da Infância, a Sra. Provedora referiu que a candidatura que se efectuou ao Fundo Rainha D. Leonor para o Jardim de Infância foi reprovada. No entanto, e uma vez que o edifício do Jardim de Infância tem mais de 40 anos, é necessário substituir urgentemente o telhado de amianto, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, acrescentando que este sector presta um serviço de excelência. E assim a Mesa Administrativa equaciona a forma de obter o financiamento necessário às obras naquele edifício

A Sra. Provedora acrescentou ainda que a Mesa Administrativa pretende efectuar nova candidatura no âmbito do Portugal 2020, no valor de 300.000 euros (trezentos mil euros).

No que se refere ao PIP-RIO-Projeto de Intervenção Precoce, a Sra. Provedora salientou a importância que o mesmo tem desenvolvido na valência da Infância, e como se tornou de extrema importância para o concelho de Rio Maior.

Em relação ao Sector dos Serviços Administrativos, a Sra. Provedora informou que foram adquiridos dois relógios de ponto, um para o Centro Médico e outro para os Serviços Administrativos, para que as colaboradoras destes serviços efectuem o controlo de assiduidade sem terem de se deslocar ao lar.

No que se refere ao Sector da Saúde, e mais especificamente ao centro médico, a Sra. Provedora informou os presentes que os acordos com a ADSE ou outros subsistemas de saúde dependem dos médicos, ou seja, enquanto outras entidades celebram contratos com os médicos, com esses acordos pré-definidos, a Santa Casa não o pode fazer. Referiu ainda que o Centro Médico se encontra aberto 12 horas por dia, com as mais variadíssimas especialidades.

Em relação ao Serviço de Fisioterapia, a Sra. Provedora referiu que houve um aumento na procura dos serviços de reabilitação, que se reflectiu nas contas do exercício de 2017.

A Sra. Provedora informou que o Lar Dr. Calado da Maia tem actualmente 41 utentes.

E informou também que já abriram as candidaturas aos fundos comunitários do Programa Portugal 2020, mas esta questão será comunicada posteriormente e com mais detalhe numa reunião extraordinária da Assembleia Geral, convocada para o efeito.

Handwritten signature in the bottom right corner.

*Paulo
Ferreira
Vaudet.*

ACTAS

Folha 49

O Irmão Dr. Vitor Santos questionou acerca da parceria, outrora existente, entre a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, Segurança Social e ARS, uma vez que recorda que a ARS suportava os custos inerentes ao sector da saúde.

A Sra. Provedora Informou que esse acordo foi denunciado pela ARS, sem direito a audiência para denúncia do mesmo.

No que diz respeito às Cantinas Sociais, a Sra. Provedora referiu que têm vindo a diminuir o número de refeições diárias, e que actualmente são confeccionadas 70 refeições/dia.

No que se refere à RLIS, Rede Local de Intervenção Social, informou que este projecto está a chegar ao último ano, e que tem funcionado muito bem ao nível do apoio social no concelho de Rio Maior. Explicou que são realizados acompanhamentos a todos os casos sociais do concelho, e que os atendimentos são realizados na Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, pelas Técnicas Superiores que se encontram afectas à RLIS.

Em relação à Universidade Sénior, a Sr.ª Provedora referiu que a mesma continua a funcionar em pleno, contando com mais alunos e professores que, de forma voluntária leccionam as disciplinas.

No que diz respeito às Parcerias e Protocolos, a Sra. Provedora enumerou os existentes, salientando a sua importância para a dinâmica da Santa Casa da Misericórdia.

Em conclusão, a Sra. Provedora referiu que o facto de se estarem a modificar algumas questões em determinadas valências, terá repercussões a outros níveis. Reforçou mais uma vez a preocupação diária da Mesa Administrativa em gastar o menos possível.

E passou a ler a conclusão do Relatório de Actividades que *“Ser voluntário numa Instituição com especial complexidade é uma tarefa árdua, procuramos fazer o melhor, disponibilizamos os nossos conhecimentos, as nossas competências e a nossa experiência de vida, para que a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior realize a sua atividade com responsabilidade, com rigor, com transparência e com a bondade que lhe é inerente.*

A Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior tem 258 anos de existência, tem uma tradição secular, e considera continuar as incumbências sociais para com a comunidade riomaiorense e apesar das dificuldades de todos os dias, não deixará de dar resposta aos que dela necessitarem.

Uma palavra muito especial de agradecimento a todos os trabalhadores que prestam serviço na nossa centenária Instituição”.

Concluída a apresentação do Relatório de Actividades do ano de 2017 pela Mesa Administrativa, o Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Irmão ali presente pretendia esclarecimentos adicionais.

[Assinatura]

ACTAS

Folha 50

Não tendo existido nenhuma solicitação de esclarecimento, de imediato o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório de Actividades de 2017, o qual foi aprovado por unanimidade.

Entrando no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, a saber, Outros Assuntos de Interesse para a Instituição, o Senhor Presidente da Mesa referiu que em Novembro de 2017 foi evocada a data pelos 100 anos do Ex-Provedor Dr. João Afonso Calado da Maia.

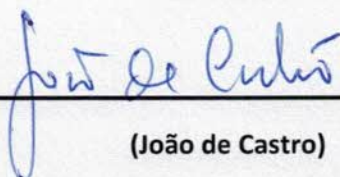
O Senhor Presidente da Mesa referiu estar sensibilizado com a contenção das despesas de forma a provar a sustentabilidade da Santa Casa, por parte da Mesa Administrativa.

Ainda no neste ponto, a Sra. Provedora relembrou os presentes sobre a Procissão que se irá realizar no dia 30 de Março.

A Sra. Provedora manifestou ainda a preocupação em relação ao número de Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, uma vez que dos 128 Irmãos existentes, alguns nunca foram assistir a nenhuma das reuniões da Assembleia Geral. Manifestou também a preocupação em relação ao facto de não efectuarem o pagamento das quotas, e segundo o Compromisso, a falta de pagamento terá algumas consequências, o que ainda não foi feito por decisão da Mesa Administrativa.

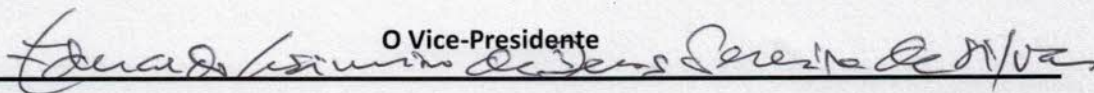
Não havendo mais assuntos a tratar, e quando eram 00.30 horas do dia 14 de abril de 2018, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta.

O Presidente



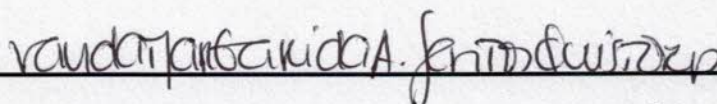
(João de Castro)

O Vice-Presidente



(Eduardo Casimiro)

A Secretária



(Vanda Margarida Antunes dos Santos Quistorp)